



■ Presidente p.4

Défice pode estar em causa



■ PSD p.6

PSD condena "ataque bárbaro à vida do povo francês"

POVO LIVRE



nº 1932

20 de julho de 2016

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

REDESENHAR AS POLÍTICAS SOCIAIS



■ Pedro Passos Coelho esteve no 1.º Fórum das Políticas Sociais no Porto



Redesenhar as políticas sociais

O PSD está a trabalhar num “redesenho das políticas sociais”, com o objetivo de combater “perversões” que existem na Educação, Saúde e na área Social. “A nossa ambição, o nosso propósito é muito claro. Nós queremos nos próximos meses, poder de uma forma que pode não ter, digamos, um reflexo muito grande (...), mas iremos multiplicar as ocasiões e as formas de poder interagir com pessoas, profissionais, académicos, que nos ajudem a redesenhar estas políticas sociais”, declarou Pedro Passos Coelho, ao início da tarde de sábado, no Porto, durante o “1.º Fórum de Políticas Sociais: Educação, Saúde e Segurança Social”.

Quando o trabalho de redesenhar as novas políticas sociais estiver mais adiantado, Passos Coelho assegura a realização de uma “convenção de maior dimensão” para discutir os resultados num plenário alargado de modo a que o “país possa ir também conhecer essas políticas que lhes serão dadas a escolher para futuro”.

Esta iniciativa servirá para as pessoas conhecerem as “escolhas que vão fazer” e “quais são as políticas que estão associadas a cada partido e cada iniciativa política”. “Não vamos ficar simplesmente à espera que o tempo passe até que os eleitores se lembrem de nós. Estamos muito apostados em trabalhar todos os dias para dar aos cidadãos portugueses razões para que se sintam mais livres para fazer as suas escolhas políticas, conhecendo bem as nossas ideias e as nossas propostas”, explicou o líder social-democrata.

O presidente social-democrata considera que há “perversões” com as atuais políticas sociais e destacou o exemplo do que se passa no Ensino Superior, quando são educandos oriundos de famílias “com mais recursos” a entrar nas universidades públicas, enquanto os estudantes com mais dificuldades económicas têm de ir para as universidades privadas pagar propinas mais elevadas.

“Quando houve a explosão do acesso ao Ensino Superior, o Estado não tinha vagas, não tinha capacidade nas universidades públicas e, por isso, apareceram muitas



universidades privadas. Hoje em dia (...), o Estado foi aumentando a sua capacidade na área pública, mas durante uns anos, na verdade (...) verificava-se que as médias dos alunos eram mais elevadas nos alunos que tinham estratos sociais mais elevados. (...) As vagas mais disputadas, nos cursos mais disputados, do ensino público eram tomados pelos filhos das famílias com mais rendimentos e eram, depois, as famílias de menores rendimentos, que mais esforço faziam para pagar as propinas dos seus filhos nas universidades privadas”.

Para Passos Coelho, o exemplo do Ensino Superior é uma “perversão”, assumindo que as “políticas públicas destinadas a realizar um princípio de igualdade de oportunidades, ao fim de muitos anos revelou-se ineficaz”. “E se é assim, nós estamos a gastar muito dinheiro que precisa de ser gasto, mas não estamos a resolver, pelo menos um dos objetivos fundamentais dessas políticas públicas que é o de realizar a redistribuição dentro de um Estado que concretize a igualdade de oportunidades e que dê a todos a possibilidade de subir na vida, de ser feliz, de se poder realizar profissionalmente (...), de poder fugir da pobreza”.

Passos Coelho reitera a ideia de que a mudança vai exigir um “redesenho das políticas sociais” e “edificar um novo consenso social”, observando, todavia, que para que tal seja bem-sucedido e se possam ultrapassar os “resultados dececionantes”, as finanças públicas têm de estar “em ordem”, porque senão não há Estado Social que resista”.

Portugal é “o justíssimo campeão da Europa” em hóquei em patins

O presidente do PSD felicitou a seleção nacional de hóquei em patins pela vitória do campeonato europeu e afirmou que “a taça regressa a casa”. “Portugal é o

justíssimo campeão da Europa em hóquei em patins. Federação e jogadores estão de parabéns”, disse. O líder social-democrata destacou que, “depois de um campeonato só com vitórias e depois de anos de empenho de toda a estrutura, o hóquei português regressa às grandes vitórias a que habituou todos os portugueses e o mundo ao longo de décadas”.

“Podemos dizer que a taça regressa a casa”, afirmou ainda.

Portugal sagrou-se sábado, 16 de julho, pela 21.ª vez campeão europeu de hóquei em patins, ao vencer em Oliveira de Azeméis a Itália por 6-2. A seleção lusa já não conquistava um Europeu há 18 anos, depois do título em Paços de Ferreira, e continua a ser quem mais títulos tem, agora com 21, contra os 16 da Espanha, terceira classificada na prova.



Défice pode estar em causa

Os dados sobre a economia portuguesa que vão sendo conhecidos apontam para que os resultados prometidos pelo Governo socialista “não vão acontecer” e Portugal não vai conseguir cumprir a meta do défice. Pedro Passos Coelho, que visitou, sábado, 16 de julho, o Festival Gastronómico do Maranhão, na Sertã (distrito de Castelo Branco), afirmou que as receitas do IVA relativas aos primeiros meses do ano “estão muito aquém daquilo que o Governo previu”. “Se este caminho se mantiver, e aparentemente os dados que vão sendo revelados apontam para que a economia não dê um salto de crescimento nos próximos meses, o que vai acontecer é que os resultados que estão prometidos não vão acontecer e não vamos cumprir a nossa meta”, afirmou, advertindo que “não há muito tempo depois para reagir”.

“Tomar medidas em outubro ou novembro já não vai resolver problema nenhum. Nessa altura já é tarde demais. Se o Governo insiste que não é preciso tomar medidas nenhuma tem de ser muito convincente e mostrar em que dados se baseia para dizer que vai cumprir as suas metas e porque é que esses dados não estão de acordo com todos os outros que vêm sendo revelados”, declarou.

Passos Coelho receia que o Governo esteja “rapidamente a conduzir o país para uma situação que é de desastre económico e financeiro”, não reconhecendo a situação “porque não lhe convém” e não esteja “a tomar medidas e a reverter o caminho que está a seguir”.

Para o líder social-democrata, é “muito importante” o Governo transmitir confiança aos portugueses e às instituições europeias, o que no seu entender não tem acontecido, pela forma como o executivo liderado por António Costa tem tratado as questões das sanções e dos bancos, nomeadamente em relação à Caixa Geral de Depósitos.

Passos Coelho afirmou que na prática “há muita despesa que está a ser adiada, houve medidas que foram tomadas e que nos próximos meses vão gerar mais despesa ainda” e a economia está a abrandar.

O presidente do PSD reafirmou a convicção de que “se o Governo não está à procura de um pretexto para fazer eleições, pelo menos parece”, pois os governos quando “se aproximam de eleições têm uma tendência para exacerbar demagogicamente condições que são muitas vezes artificiais, arranjam inimigos comuns”.

“Eu não fiz isso quando estive no Governo, pelo contrário, apesar das eleições até consegui que a despesa pública fosse menor que no ano anterior, procurei fazer o contrário, mas o que assistimos atualmente é o que é típico dos quadros socialistas de preparação de eleições”, disse, afirmando esperar que o PS “cumpra a obrigação moral que tem para com os portugueses”, perante os quais assumiu o compromisso de uma “maioria estável, coesa e duradoura para poder governar”.

Para Passos Coelho, “no curto prazo não tem que haver eleições, tem que haver responsabilização e responsabilidade”, o que no seu entender o Governo não tem mostrado nos quase oito meses que leva de governação.



Estabilidade na Turquia é fundamental para a Europa



O presidente do PSD qualifica de “muito preocupante” a tentativa de golpe de Estado na Turquia, lembrando que este país “é uma peça importante no seio da NATO, onde parte significativa da nossa segurança coletiva se joga”. “Saber que foi possível em 2016, num país que tem esta relevância, que está a negociar há uns anos a entrada na União Europeia, [haver] um golpe militar, não é uma coisa que nos possa deixar sossegados”, afirmou, lembrando que a Europa tem vivido “problemas de segurança gravíssimos, com terrorismo, uma parte incentivada de fora mas desenvolvida a partir de dentro das fronteiras da Europa”.

“Há um risco elevado de uma parte desse terrorismo poder ser importado através das nossas fronteiras externas. Ora, a Turquia é um elemento de segurança muito importante nessa fronteira externa”, declarou.

Frisando a “preocupação” com que “certamente todos os dirigentes políticos” olham para o que se está a passar na Turquia, Passos Coelho disse esperar que a União Europeia e o Governo português “acompanhem essa situação com muita atenção e muito de perto”.

Pedro Passos Coelho lamentou as muitas mortes ocorridas durante o golpe e considerou que, mesmo que o Governo turco tenha conseguido dominar a situação, “é natural que os próximos tempos sejam de expectativa, em que medidas excecionais tenham que ser tomadas”.

A Turquia foi alvo de uma tentativa de golpe de Estado na sexta-feira à noite. O último balanço aponta para 161 mortos entre civis e forças leais ao presidente Recep Erdogan, 1.440 feridos e 2.839 militares revoltosos detidos. O Primeiro-Ministro turco adiantou que 20 militares revoltosos morreram no decurso da tentativa de golpe de Estado, números que contrariam o balanço



inicialmente avançado pelas Forças Armadas, que apontavam para 104 mortes de militares revoltosos, abatidos pelas forças leais ao presidente Erdogan.



PSD condena “ataque bárbaro à vida do povo francês”

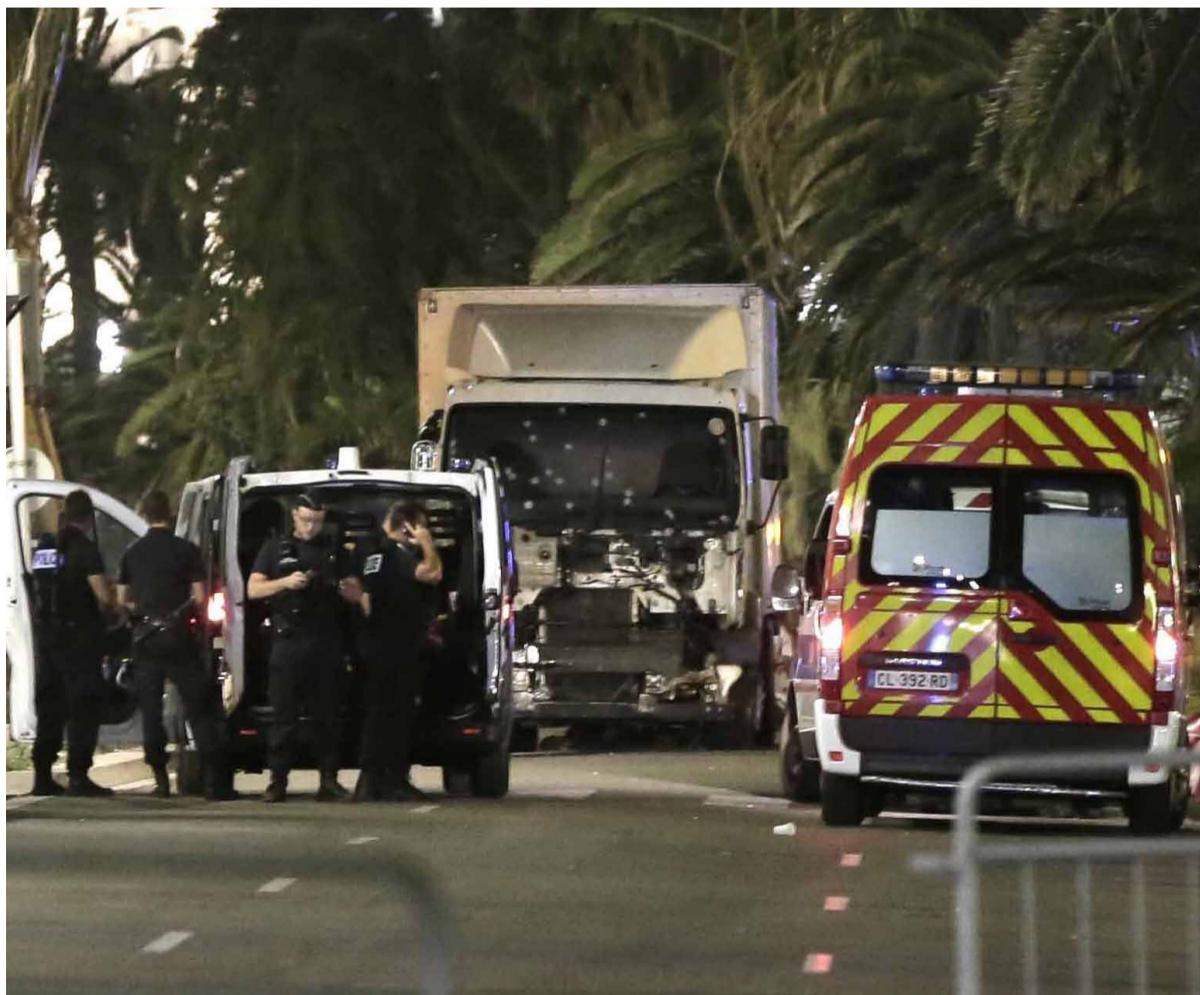
O PSD condena e repudia “veementemente” o atentado de quinta-feira à noite, 14 de julho, em Nice (França), considerando que representa “um ataque bárbaro à vida do povo francês”.

“Partilhamos a dor que a França vive neste momento, com a solidariedade que nos une como povo europeu e com a proximidade que destacamos pela forte presença da comunidade portuguesa no país”, sublinha o Partido Social Democrata, em comunicado.

No texto, os sociais-democratas salientam a sua confiança “numa Europa como espaço de vivência pacífica, onde possam vigorar os valores da paz, da liberdade e da fraternidade”. “O Partido Social Democrata endereça as mais sentidas condolências às vítimas do atentado, aos seus familiares e às autoridades francesas”, conclui.

Um camião atingiu na quinta-feira à noite uma multidão em Nice, França, na Promenade des Anglais, quando decorria um fogo-de-artifício para celebrar o dia de França. O último balanço aponta para 84 mortos e uma centena de feridos, 18 dos quais continuam em estado considerado crítico, segundo o balanço mais recente das autoridades francesas.

O condutor do camião foi abatido pela polícia. As autoridades francesas já consideraram estar perante um atentado e o Presidente da França, François Hollande, anunciou o prolongamento por mais três meses do estado de emergência que vigora no país desde o ano passado. França decretou luto nacional de três dias.



Governo não defendeu “legado” orçamental por “razões políticas internas”



Maria Luís Albuquerque acusa o Governo de não ter defendido o “legado que recebeu” do esforço dos portugueses, em matéria de consolidação orçamental, por “razões políticas internas” e que podem vir a motivar sanções europeias. “O PSD lamenta profundamente esta decisão do Ecofin. Lamenta que não tenha sido defendido eficazmente pelo Governo aquele que foi o legado que recebeu, por razões políticas internas”, assinalou a antiga ministra das Finanças social-democrata em declarações no parlamento, 12 de julho.

A vice-presidente social-democrata fez esta declaração, depois de se saber que o Conselho de Ministros das Finanças da União Europeia (Ecofin) decidiu, em Bruxelas, que Portugal e Espanha irão ser alvo de sanções. “Não faltam argumentos técnicos para defender que Portugal efetivamente não devia estar sujeito sequer a esta discussão da aplicação de sanções”, advoga Maria Luís Albuquerque, que espera que o Governo seja bem-sucedido na “segunda oportunidade” de “credibilizar a sua posição junto dos parceiros europeus, junto da Comissão Europeia”.

E concretizou: “O legado que o Governo recebeu não era um legado do Governo anterior, era um legado do esforço que todos os portugueses fizeram durante quatro anos e meio e que levou a um ajustamento nas contas públicas, sob qualquer critério, que está entre os maiores dos nossos parceiros da União Europeia. Lamentamos que não tenha sido passada essa mensagem”.

Portugal e Espanha dispõem agora de 10 dias a contar desde terça-feira, para apresentarem os argumentos com vista a uma redução da multa, que, de acordo com as regras europeias, pode ser reduzida mesmo até zero.

Secretário-executivo da CPLP deve promover mais diálogo

O presidente da delegação do parlamento português à Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Marco António Costa, considera que o próximo secretariado-executivo da organização deve promover mais o diálogo entre os Estados-membros e os organismos do bloco lusófono. “Tenho muita esperança de que os próximos secretariados-executivos possam ter um papel de resolução de problemas na CPLP, ao criarem uma intensificação de diálogo com a Assembleia Parlamentar e uma intensificação de diálogo entre os Estados-membros”, declarou o deputado e vice-presidente do PSD, a propósito dos 20 anos da criação do bloco lusófono, ao defender o papel do secretário-executivo no “relançamento” da organização.

O secretário-executivo, que exerce mandatos de dois anos - deve “aproveitar a estrutura de que dispõe para aprofundar o conhecimento, por parte dos povos, da realidade da CPLP e, por outro lado, para articular uma maior proximidade entre os representantes institucionais da CPLP”.

Marco António Costa reconheceu que a organização “tem problemas que têm de ser ultrapassados” e “o próximo secretariado-executivo tem de ter um papel” nessa tarefa.

Comentando o futuro da comunidade lusófona, o responsável afirmou acreditar que cada Estado-membro pode exercer “um papel crescente naquele que é o seu compromisso com a CPLP”, advogando uma “utilidade crescente” da organização em termos de política externa.

A CPLP, cujos membros se localizam na Europa (Portugal), em África (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe), na América do Sul (Brasil) e Ásia (Timor-Leste), “pode e deve desempenhar um papel geoestratégico mais forte”.

A organização “deve ser um fator de transmissão e propagação da importância da língua e da cultura da língua portuguesa”, sustentou.

Argumentos que levam o deputado do PSD a considerar que a próxima cimeira da CPLP, que o Brasil deverá organizar ainda no corrente ano, tem uma “importância determinante, porque vai aprovar a estratégia [da organização] para os próximos 20 anos e que introduz um grau de ambição institucional”.

Marco António Costa exemplificou que a Assembleia Parlamentar da CPLP tem “apoiado soluções que são importantes a nível de geoestratégia”, como o apoio à candidatura do antigo primeiro-ministro português António Guterres a secretário-geral das Nações Unidas, ou a aprovação do “programa Pessoa”, que pretende promover o intercâmbio de estudantes universitários dentro dos países da comunidade.

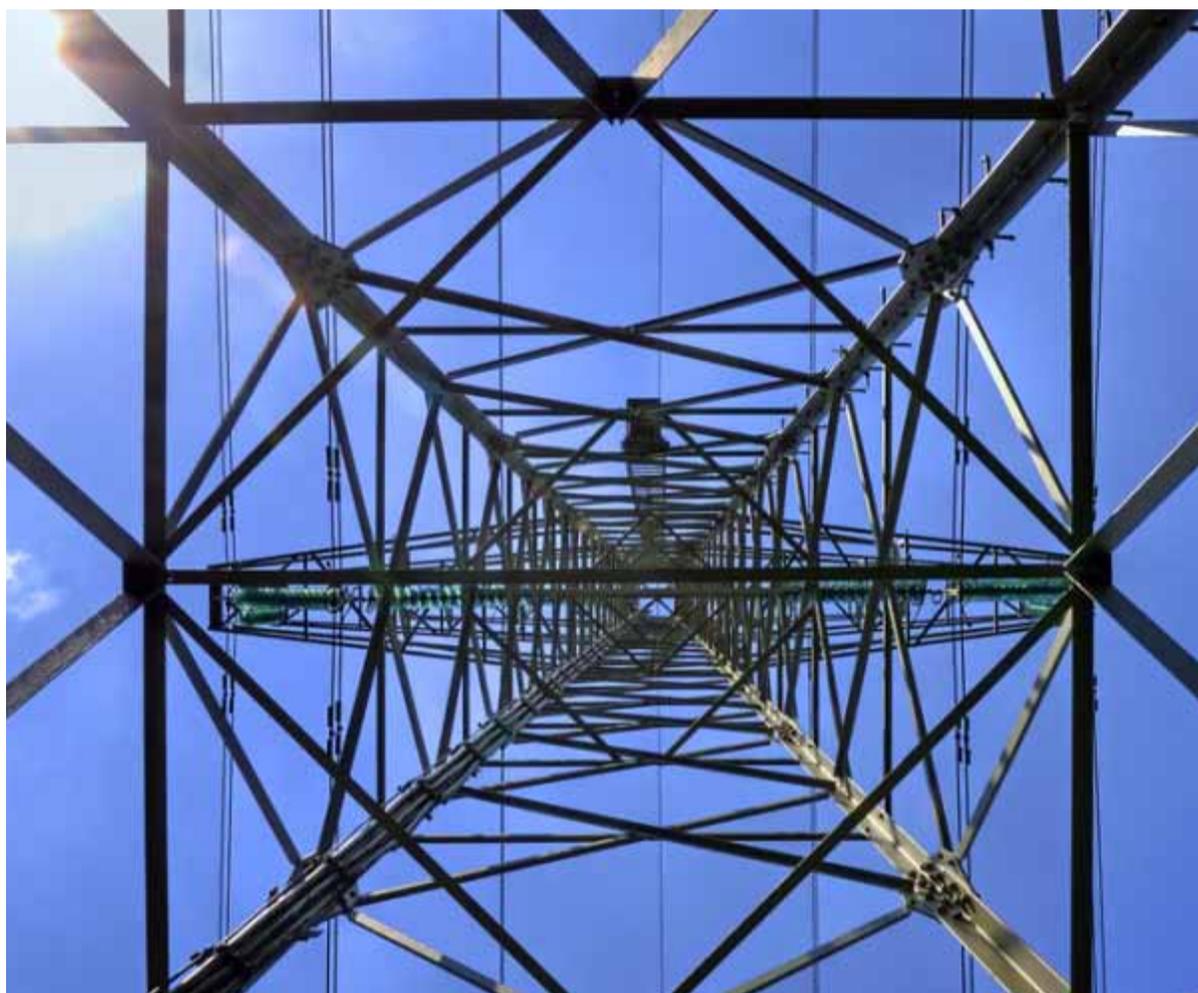


Finanças é responsável por atraso na transferência de 50 milhões de euros para abater dívida tarifária

O antigo ministro da Energia Moreira da Silva responsabiliza o atual ministro das Finanças por não terem sido transferidos os 50 milhões de euros da contribuição extraordinária para o Fundo para a Sustentabilidade do Sistema Elétrico. “Pelos vistos, a transferência dos serviços do Ministério das Finanças para o Fundo, que deveria ter ocorrido no final do ano, não teve lugar [até então] como não teve nestes primeiros sete meses deste ano pelo que qualquer esclarecimento deve ser dado pelo atual ministro das Finanças [Mário Centeno]”, afirmou Moreira da Silva à Lusa.

O antigo secretário de Estado da Energia e atual vice-presidente do PSD adiantou que desconhece a razão para que a transferência dos 50 milhões de euros para abater à dívida tarifária do setor elétrico não tenha ocorrido, como estava previsto, até 31 de dezembro, depois de o novo Governo ter iniciado funções em novembro de 2015.

Em audição na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, o presidente da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), Vítor Santos, disse que, “apesar de estar estabelecido que a CESE [Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético] devia ser depositada no Fundo, [...] esse depósito não aconteceu”. Em causa estão 50 milhões de euros, dos cerca de 150 milhões de euros pagos pelas empresas do setor energético, que deviam contribuir para desonerar as tarifas de eletricidade, através do referido fundo criado em 2014. “Há aqui um desvio que pode ter reflexos tarifários”, declarou o presidente do regulador, que foi chamado ao parlamento para explicar o crescimento da dívida tarifária, que até ao final do ano é de cerca de 4,8 mil milhões de euros.



Relatório contra a aplicação de sanções a Portugal



A eurodeputada Sofia Ribeiro defende a “construção de uma Europa Social” e a “não aplicação de sanções à Portugal”, na apresentação do relatório/opinião sobre “o Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: aplicação das prioridades para 2016”, em que é relatora do Parlamento Europeu. A apresentação deste documento realizou-se na quarta-feira, 13 de julho, em reunião da Comissão de Emprego e Assuntos Sociais.

Sofia Ribeiro começou a sua intervenção afirmando que a sua prioridade é fazer com que a dimensão económica e a dimensão social da Europa se complementem. “O desenvolvimento económico não se justifica por si só – tem como objetivo a criação de melhores condições de vida para os europeus – mas não é possível garantirmos a proteção e o apoio aos cidadãos europeus se não tivermos sustentação numa economia forte e bem estruturada”, explicou.

A eurodeputada social-democrata pediu que, tal como acontece com o já existente procedimento por défice excessivo, fosse criado “um procedimento por desequilíbrios sociais”, que funcione como um mecanismo de avaliação do progresso social da União, de forma a poder aplicar uma vertente corretiva para aqueles que não cumprem com as metas sociais. “A relevância económica que fica bem patente nas decisões da Ecofin [Conselho de Assuntos Económicos e Financeiros], que são amplamente divulgadas pelos órgãos de comunicação social, tem de ser acompanhada de um discurso social igualmente relevante”, criticou a eurodeputada, acrescentando que é de salientar “a inclusão, pela Comissão Europeia, dos três indicadores sociais [taxa de atividade, desemprego jovem e desemprego de longa duração] no processo de avaliação dos desequilíbrios macroeconómicos”, propostos no seu relatório, no passado mês de fevereiro. “Corremos o risco dos nossos concidadãos entenderem que o objetivo primeiro e último da UE é o desenvolvimento das economias dos Estados-Membros”, argumentou.

Sofia Ribeiro solicitou ainda que a Comissão Europeia tivesse em conta “a evolução e o grau de esforço dos Estados-Membros” e que, neste ano, não se aplicassem “quaisquer sanções aos países que não atingiram os objetivos do pacto de estabilidade e crescimento”. “Sejamos antes capazes de aferir de que forma é que [estes países] estão a cumprir com as normas, de acordo com o que prevê o TUE”, defendeu Sofia Ribeiro.

A eurodeputada já havia submetido uma questão escrita à Comissão Europeia alertando para o regime de exceções previsto no procedimento de défice excessivo, que enquadra a possível não aplicação de sanções a Portugal, nomeadamente a diminuição do défice desde 2010. Sofia Ribeiro deu também indicação que o procedimento a ser ativado não se esgota na aplicação de sanções, podendo estas dar lugar à emissão de recomendações para correção da situação.

PSD repudia rejeição pela esquerda à penalização do abandono de idosos

O PSD acusa o PS, BE e PCP de insensibilidade face aos problemas da população mais idosa, por terem chumbado a penalização do abandono hospitalar de idosos, entre outras medidas legislativas, na comissão de especialidade. Em declarações no parlamento, dia 14, o deputado Carlos Abreu Amorim acusou o PS e os partidos que o apoiam, BE e PCP, de cederem a “interesses político-partidários” e disse não compreender como é que admitem o agravamento das penas para o crime de abandono de animais e “se negam a legislar” para criar o crime de abandono de idosos. “Como é que é possível, como é que é defensável, que os mesmos grupos parlamentares que querem o agravamento daquilo que se passa ao nível do crime de abandono de animais, que já existe no nosso ordenamento jurídico, se negam a legislar no sentido de criar um novo tipo de crime que é o abandono de idosos, um problema latente e candente na sociedade portuguesa”, questionou Abreu Amorim.

O projeto de lei conjunto do PSD e CDS-PP que previa alterações ao Código Penal para a Estratégia do Idoso foi aprovado na generalidade a 11 de dezembro, com a abstenção do PS e os votos contra de PCP, BE, e “Os Verdes”, tendo sido chumbado hoje na comissão de especialidade.

O projeto de lei previa penas de prisão para quem abandonar um idoso num hospital ou se aproveitar das suas limitações mentais para aceder aos seus bens, consagrando crimes contra os direitos fundamentais dos idosos.

“O PSD e o CDS tinham proposta que ia colmatar uma lacuna no direito português e que ia satisfazer necessidades evidentes na sociedade portuguesa e o BE, o PCP e o PS alegaram razões absolutamente fúteis que não podem ser levadas a sério que demonstram uma enorme insensibilidade perante os idosos”, argumentou o deputado social-democrata.



PSD quer ouvir 43 personalidades na comissão de inquérito à Caixa



O PSD quer ouvir 43 pessoas e entidades na comissão de inquérito à Caixa Geral de Depósitos (CGD) depois de escutados – ainda este mês - o ministro das Finanças, o governador do Banco de Portugal (BdP) e o ainda presidente do banco.

No requerimento entregue na comissão de inquérito, e apresentado aos jornalistas pelo coordenador do PSD nos trabalhos, Hugo Soares, são listadas as 43 pessoas e entidades a ouvir após as audições do ministro Mário Centeno, do governador Carlos Costa e do gestor José de Matos. “Chamamos todos, sem exceção, os ministros das Finanças que tiveram a tutela da CGD” desde o ano 2000, venceu Hugo Soares: nesta matéria em concreto, são chamados ao parlamento Guilherme de Oliveira Martins, Manuela Ferreira Leite, Bagão Félix, Campos e Cunha, Teixeira dos Santos, Vítor Gaspar, Maria Luís Albuquerque e Mário Centeno.

São também chamados pelos sociais-democratas vários ex-presidente da CGD, administradores executivos da entidade, membros das direções centrais do banco e auditores externos, por exemplo.

Do banco central, o PSD quer ouvir, além do governador, os vice-governadores Pedro Duarte Neves e José Berberan Ramalho bem como o antigo governador Vítor Constâncio.

“Não deixamos ninguém de fora daqueles que queremos ouvir. Não olhamos a partidos políticos, a questões políticas, fomos verdadeiramente transparentes e claros nos requerimentos que fizemos”, advogou Hugo Soares, vice-presidente da bancada do PSD e coordenador “laranja” na comissão de inquérito.

O PSD apresentou também um outro requerimento pedindo acesso a documentação vária de apoio aos trabalhos e um outro texto pedindo uma auditoria externa e independente à CGD, que avalie, por exemplo, as “efetivas necessidades de capital e de injeção de fundos públicos”.

Projeto “Açores para todos” pretende facilitar a vida aos cidadãos com mobilidade reduzida



O líder do PSD/Açores alertou para a necessidade de se criarem condições de igualdade de acesso aos serviços na região, propondo medidas como a redução de barreiras arquitetónicas em edifícios e transportes públicos: “No projeto ‘Açores para todos’, que estamos a apresentar, queremos uns Açores inclusivos, uns Açores onde as pessoas portadoras de deficiência, mas também os idosos, as famílias numerosas, os pais com crianças, possam ter facilidade e igualdade de oportunidade no acesso aos serviços em toda a nossa região”. Duarte Freitas falava, dia 13, à margem de uma visita à delegação dos Açores da Raríssimas - Associação Nacional de Doenças Mentais e Raras, em São Roque do Pico.

Para o líder regional social-democrata regional, é preciso criar igualdade de oportunidade para promover o bem-estar de todos os açorianos, começando pela eliminação de barreiras físicas: “Queremos, por isso, eliminar as barreiras arquitetónicas que existem, mas também criar em todos os serviços públicos e também nos transportes públicos e em todo o tipo de serviços condições de igualdade para estas pessoas, quer sejam portadores de deficiência, quer sejam idosos, quer sejam crianças ou pais de famílias numerosas e com isso fazer uma abordagem de inclusão para todos”.

Entre as medidas propostas por Duarte Freitas estão também a diminuição de tarifas nos transportes para pessoas com deficiência e famílias numerosas, e o fomento do “turismo inclusivo”, com a criação de trilhos pedestres acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida, a criação de acessos às praias ou a disponibilização de guias em jardins e museus.

O líder do PSD/Açores sugere ainda a criação de sinalética em “braille” nos edifícios públicos, a instalação de sinais sonoros junto a passadeiras e o aumento de lugares de estacionamento para pessoas com deficiência em edifícios públicos, entre outras medidas.

Hospital de Ponta Delgada reteve 2,8 milhões de euros de descontos para a Segurança Social

O deputado do PSD no parlamento dos Açores Luís Maurício afirmou que o hospital de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, reteve 2,8 milhões de euros de descontos de trabalhadores para a Segurança Social, acusando tratar-se de “crime fiscal”. “O hospital teve necessidade de reter descontos dos trabalhadores e descontos também, naturalmente, da entidade patronal para a Segurança Social. Estes descontos são retidos num montante apreciável, é superior a 2,8 milhões de euros, que serão pagos num acordo que o hospital fez com a Segurança Social até 2020, inclusive”, afirmou Luís Maurício, depois de ter abordado a situação no plenário da Assembleia Legislativa Regional, na Horta, ilha do Faial.

De acordo com Luís Maurício, que se refere ao relatório e contas de 2015 do hospital do Divino Espírito Santo, “em agosto de 2015 foi diferido um plano de pagamentos para liquidar a dívida referente aos descontos que incidem sobre as remunerações dos trabalhadores beneficiários da Segurança Social em 60 prestações mensais com início em setembro de 2015”. “O saldo em dívida a 31 de dezembro de 2015 será reembolsado de 2016 a 2019 em 610.189 euros em cada ano de capital”, declarou, adiantando que em 2020 esse valor é de 435.823 euros.

Segundo o deputado, isto perfaz um encargo para o hospital, ao fim de 2020, de 2,8 milhões de euros de capital, a que acrescem 400 mil euros em juros. “O Hospital de Ponta Delgada, por dificuldades de liquidez para satisfazer aquilo que são as necessidades básicas dos doentes que necessitam dos cuidados que o hospital presta, teve necessidade de reter os pagamentos, tanto à ADSE como à Segurança Social, para ganhar essa liquidez e viu-se obrigado, como consta do seu relatório de contas, a negociar com a Segurança Social a prestação diferida desses mesmos valores”, afirmou o parlamentar.

Segundo Luís Maurício, à data da entrega do relatório e contas de 2015 do hospital Divino Espírito Santo, em 30 de abril último, “essas dívidas continuavam em mora de pagamento, com exceção das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações”.

Luís Maurício destacou que esta situação “já tinha acontecido em 2014”, referindo que à data o vice-presidente do Governo Regional declarou em plenário ter sido “uma situação pontual e de dificuldades de tesouraria”. “Pelo relatório de 2015, vê-se que esta é uma prática reiterada e que constitui, na verdade, crime fiscal”, acrescentou.



Portugal ainda não virou a “página da austeridade”

O presidente do Governo Regional da Madeira, Miguel Albuquerque, considera que Portugal não conseguiu “virar a página da austeridade” e a situação está a “complicar-se”, não podendo o Executivo nacional “tapar o sol com a peneira”. “A nível nacional, é indiscutível que a situação está a complicar-se e que a generalidade dos portugueses já compreendeu que a alegada ‘viragem da página da austeridade’ não aconteceu, nem vai acontecer”, disse o governante madeirense no início do debate na Assembleia Legislativa da Madeira (ALM) sobre o “Estado da Região”.

Miguel Albuquerque sublinhou que “não vale a pena o Governo nacional tapar o sol com uma peneira”, apontando que “os números são irrefutáveis” no primeiro semestre deste ano, demonstram a “estagnação do crescimento económico, diminuição abrupta do investimento, quebra das exportações, aumento do desemprego, crescimento do clima de desconfiança dos mercados e dos parceiros europeus relativamente à trajetória do país”.

O chefe do executivo regional salientou, por outro lado, que a Madeira “recuperou a credibilidade juntos das instituições, dos cidadãos e dos mercados” e prossegue “um processo de recuperação económica e social”, sublinhando que a retoma é um sinal positivo, embora admitindo que “subsistem problemas sociais” que merecem atenção da governação regional.

Miguel Albuquerque enunciou as medidas que o executivo madeirense tomou desde que tomou posse a 20 de abril de 2015 nas diferentes áreas, como a construção do novo hospital, que representa um investimento de 340 milhões de euros, cuja candidatura a projeto de interesse comum já foi entregue ao Governo da República, o subsídio de mobilidade nos transportes aéreos e os resultados obtidos no setor do turismo.

Miguel Albuquerque também rejeitou as críticas dos deputados da oposição madeirense por continuarem a “afirmar aos sete ventos que não houve desagravamento fiscal na Madeira, da mesma forma que poderiam dizer que a terra é plana e que o sol gira ao seu redor”.

O debate sobre o “Estado da Região” começou com o parlamento madeirense a observar um minuto de silêncio pelas vítimas do atentado de quinta-feira à noite, em Nice, na Promenade des Anglais, quando decorria um fogo-de-artifício para celebrar o Dia de França.



Revisão do Estatuto

Político-Administrativo é prioridade para o Conselho Regional do PSD-Madeira



O Conselho Regional do PSD decidiu que o próximo objetivo do PSD/Madeira é a revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira (EPARAM). Em termos parlamentares e legislativos, o III Conselho Regional traçou como “objetivo que se segue” a revisão do EPARAM cujos trabalhos já começaram no seio da Comissão Eventual para a Reforma do Sistema Político regional.

As prioridades nessa revisão são, entre outras, a clarificação das competências legislativas da Região, a criação de um sistema fiscal próprio e competitivo e o reforço e partilha do Domínio Público Marítimo entre o Estado e a Região.

Um novo enquadramento da relação institucional entre Estado e Região, o aprofundamento do sistema de incompatibilidades e de impedimentos, a criação de um registo de interesses e a limitação do número de mandatos por parte do presidente do Governo Regional [atualmente não tem limite e o líder do partido quer limitar a três mandatos] são outras prioridades do PSD.

O Conselho Regional considerou que a reforma do sistema político na Madeira [revisão do Regimento da Assembleia Legislativa da Madeira] trouxe “uma melhoria efetiva na qualidade da ação e da participação dos atores políticos e partidários regionais” e que o debate sobre o Estado da Região, que se realizou pela primeira vez em 40 anos na sexta-feira, “resumiu a competência do trabalho desenvolvido pelo Governo Regional”, empossado em 20 de abril de 2015.

O Conselho lembra que o comício de verão do PSD-Madeira está agendado para o dia 19 de agosto na ilha do Porto Santo e convida os madeirenses e porto-santenses a participarem na Festa Popular na Herdade do Chão da Lagoa no próximo domingo que terá a presença política do presidente do partido, Pedro Passos Coelho.

O Conselho do PSD condenou ainda o ataque terrorista de Nice.



povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

DIRECTOR: CARLOS ENCARNÇÃO

DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA

N.º 1023 • 31 DE MAIO 1995 • PREÇO 100\$00



Fernando Nogueira
aos autarcas do PSD

Portugal quer seguir em frente

O meu caminho será o de aprofundar e diversificar a obra feita, de corrigir os desvios, mas também de inovar nas soluções para os novos problemas. Porque o tempo, hoje, é diferente. Porque eu sou diferente. Porque o PSD é diferente. E é o PSD que é a mudança, é o PSD que é a esperança de Portugal — afirmou Fernando Nogueira em Leiria, num encontro de autarcas sociais-democratas que reuniu mais de duas centenas de pessoas.

4

PSD é exemplo de imparcialidade
face a um PS clientelista 8

Privatização da Telecom:
procura excede oferta 2

**Convenção Nacional
dos Jovens Autarcas
Social Democratas**

Braga, dia 3

— TEATRO CIRCO —

Encerramento com Fernando Nogueira

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Leiria, para reunir, no próximo dia 29 de Julho de 2016, (sexta-feira) pelas 21h30, na sede, sita na Av. Dr. José Jardim, nº 32, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto Único – Análise da situação político-partidária local e nacional

TAVIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Tavira, para reunir no próximo dia 02 de Setembro de 2016, (sexta-feira) pelas 18h00 na sede, sita na Rua Silvestre Falcão, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. O presidente estará presente, nesse dia, entre as 23h00 e as 24h00 para qualquer esclarecimento.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 20h00



BEJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se todos os militantes da Concelhia de Beja, para uma Assembleia de Concelhia de Beja, a reunir no próximo dia 3 de Setembro de 2016, pelas 19 horas, na Concelhia do PSD/Beja, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Concelhia e Mesa da Assembleia.

Nota:

As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa, na morada supra citada, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 19h00m às 20 horas.

A PRESENTE CONVOCATÓRIA PERTENCE À EDIÇÃO ANTERIOR DO POVO LIVRE. SÃO JOÃO DA MADEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de S. João da Madeira para reunir no próximo dia 11 de Agosto (Quinta-feira), pelas 18h00,

na Sede do PSD de S. João da Madeira, sita na Av. Renato Araújo, n.º 182, 1º andar – loja CG, S. João da Madeira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa de Plenário Concelhio da JSD de S. João da Madeira.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente do plenário da Concelhia da JSD de S. João da Madeira, ou a quem o possa substituir estatutariamente, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das respectivas fotocópias dos documentos de identificação.

Mais se informa que as urnas estarão abertas por um período de cinco horas, a saber: 18h00 às 23h00.

SINTRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o plenário ordinário de militantes da JSD da Secção de Sintra, a reunir no próximo dia 28 de Julho, pelas 20:30, na sede da Concelhia da JSD Sintra sita na rua das Malvas, nº 10 Loja Superior Esq., 2635-108 Rio de Mouro, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política da concelhia;
- 3 – Outros assuntos.

NÚCLEO DO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoca-se o Plenário do Núcleo do Centro Histórico da JSD Porto para reunir no próximo dia 28 de Julho de 2016, pelas 21 horas, na Sede do PSD/JSD do Centro Histórico, sita na Praça da Batalha, nº 90, Sala 10, 2º Andar, 4000-102 Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da Situação política actual;
- 2 – Informações;
- 3 – Outros Assuntos.



NÚCLEO IEFP - PORTO

Nos termos da alínea b) do artº50 dos estatutos dos TSD e do nº3 do regulamento eleitoral para os órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes do núcleo laboral do IEFP do Distrito do Porto, para a assembleia do núcleo que se realiza no dia 5 de Setembro de 2016, das 18Horas às 21Horas na sede dos TSD, sito na Rua Guerra Junqueiro nº 64 no Porto com a seguinte:

O.T.

Ponto único: Eleição do secretariado do Núcleo

Porto 13 de Julho de 2016

Nota: de acordo com o nº 3 do art.º 4 do regulamento eleitoral para os órgãos distritais e locais dos TSD as listas concorrentes tem de ser apresentadas entre as 18horas e as 22horas do dia 29 de Agosto de 2016

O Presidente do Secretariado Distrital do Porto

Manuel Perira Gomes